

No mês de julho de 2018, o resultado primário do governo central foi um déficit de R\$ 7,5 bilhões, valor 62,6% inferior ao déficit primário de R\$ 20,2 bilhões no mesmo mês do ano passado. Esse resultado foi melhor que as expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda, que sinalizava, na mediana, um resultado deficitário de cerca de R\$ 19,1 bilhões para o mês.

A redução no déficit primário nesse mês relativamente a julho de 2017 decorreu do crescimento real de 14,3% na receita líquida enquanto as despesas se mantiveram praticamente estáveis, em termos reais. Comparando julho de 2018 contra o mesmo mês do ano passado, a receita administrada teve crescimento real de 10,6%, decorrente, principalmente, da recuperação de alguns setores da economia e de medidas adicionais implementadas pela RFB na recuperação de crédito tributário. A receita não administrada apresentou crescimento real de 43,5%, explicado pela elevação na arrecadação com cota parte e compensação financeira (efeito combinado do aumento na produção de petróleo, do preço internacional, e da taxa de câmbio).

As transferências por repartição de receita, por sua vez, apresentaram redução real de 1,7%, ainda reflexo da arrecadação de junho de 2018. Dessa forma, a receita líquida do governo central totalizou R\$ 106,4 bilhões em julho de 2018, apresentando crescimento real de 14,3% ante o mesmo mês de 2017. Do lado da despesa, observou-se em julho pequena queda real de 0,2% em relação ao ano passado. Essa variação se deve, principalmente a redução de R\$ 3,0 bilhões (14,2%) em outras despesas obrigatórias compensada, em ampla medida, pela elevação de R\$ 2,5 bilhões nas despesas discricionárias - todos os poderes.

Com esse resultado deficitário no mês de julho, o resultado acumulado no ano totaliza um déficit primário de R\$ 38,9 bilhões, ante R\$ 76,7 bilhões no mesmo período do ano passado, uma queda real de 51,2%. No acumulado de doze meses, o déficit primário somou R\$ 86,5 bilhões (1,3% do PIB), ante a meta de R\$ 159,0 bilhões (2,2% do PIB) para 2018, o que indica que a situação fiscal de curto prazo está em linha com o cumprimento da meta de resultado primário do governo central para o ano, havendo, inclusive, possibilidade de realização de déficit inferior ao estabelecido na meta.

Nesta análise da situação fiscal de curto prazo, vale destacar que haverá uma piora no resultado primário a partir de agosto, em especial, devido ao aumento nas despesas de pessoal, benefícios previdenciários e, à execução dos créditos extraordinários (R\$ 9,5 bilhões) referentes ao programa de subsídios ao diesel, incorporado na programação financeira quando da terceira reavaliação bimestral realizada em junho.

Por outro lado, é importante lembrar que os ministérios vêm executando despesas em montantes inferiores aos limites de pagamento autorizados. Essa diferença, conhecida como “empenhamento”, aumentou para R\$ 14,5 bilhões ao final de julho (contra R\$ 12,7 bilhões até

junho). A utilização desse limite de pagamento (ou não) não depende da gestão financeira da Secretaria do Tesouro Nacional. Se essas despesas não forem pagas no exercício fiscal corrente, isso se transformará em excesso de meta de resultado primário.

Vale ressaltar que uma das causas do “empoçamento” se deve ao volume expressivo de despesas obrigatórias, cujo pagamento depende de verificação de uma série de condições. O Ministério da Saúde – MS, por exemplo, está demandando liberação financeira adicional do Tesouro Nacional de R\$ 810 milhões para arcar com despesas discricionárias em agosto e setembro referente a compra de medicamentos no âmbito do programa Farmácia Popular. Ao mesmo tempo, essa pasta encerrou o mês de julho com “empoçamento” de R\$ 2,1 bilhões, sendo a maior parte desses recursos direcionados a pagamento de despesas obrigatórias. Este fato ilustra bem os efeitos da rigidez orçamentária sobre a gestão financeira do caixa do governo que, em muitos casos, não permite que um ministério realoque a disponibilidade financeira de despesas não liquidadas para o pagamento de despesas urgentes e aprovadas no orçamento.

Por fim, a boa performance da receita administrada no ano, reflexo da recuperação de alguns setores da economia, da renegociação das dívidas tributárias (PERT), e de medidas adicionais implementadas pela RFB na recuperação de crédito tributário, poderá ensejar aumento das estimativas de receitas nas próximas reavaliações bimestrais (setembro e novembro). Caso isso ocorra, o ganho de arrecadação se traduzirá, necessariamente, em melhora do resultado primário uma vez que as despesas primárias já estão limitadas pelo Teto de Gastos do Novo Regime Fiscal (EC 95/2016).

Em resumo, o resultado primário do governo central em julho foi melhor que as expectativas de mercado, em linha com o cumprimento da meta de resultado primário do governo central para o ano. No entanto, alguns elementos da dinâmica da execução financeira dos órgãos (“empoçamento”, operacionalização programa de subsídios ao diesel) e o comportamento da arrecadação nos últimos cinco meses do ano poderão repercutir num déficit primário inferior a meta de R\$ 159 bilhões estabelecida ao governo central. Ressalta-se, como destacado anteriormente, que o “empoçamento” dos ministérios totalizou R\$ 14,5 bilhões em julho. Se essas despesas não forem pagas no exercício fiscal corrente isso se transformará em excesso de resultado primário em relação à meta do governo central.